A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 128 JULHO de 1978 ANO XIV

NESTE NÚMERO:

ABAIXO AS REFORMAS DE GEISEL!

Premido por um vasto movimento de opinião pública e temendo o completo isolamento político, Geisel enviou um tanto apressadamente ao Congresso seu anunciado projeto de reformas constitucionais. Esse projeto, e até a maneira de apresentá-lo, não passa de uma farsa. Procura-se aparentar o fim da exceção e o retorno a um Estado de direito, quando na realidade consagra-se o arbítrio e se dá um caráter permanente às medidas excepcionais.

Todo mundo sabe que as reformas foram elaboradas por um pequeno grupo de aficionados da ditadura, sob a batuta de Geisel e Golberi. Mas o ditador de plantão não teve pejo de armar uma encenação ridícula para dar a impressão de que tais reformas teriam sido a ele encaminhadas pelo partido oficial. Ao Planalto acorreram submissos os sabujos do tipo Francelino Pereira, juntamente com a direção da ARENA, a fim de entregar ao chefe do Executivo – como se fossem eles os autores – o novo pacote de emendas à Constituição que haviam recebido na véspera das mãos do velho agente da Dow Chemical, o chefe da Casa Civil da Presidência.

A publicação do documento tornou patente os objetivos da reforma. Trata-se em essência de transferir para o texto da Constituição outorgada em 1967 e remendada por uma Junta Militar o conteúdo dos atos e leis de exceção. O AI-5 desaparece formalmente. Mas ressurge, refinado e, em certo sentido, mais contundente, nas medidas de emergência, no estado de emergência e no estado de sítio proposto pelo Executivo. Geisel e seu bando de entreguistas e fascistas não querem, em absoluto, desfazer-se dos instrumentos arbitrários e repressivos com os quais mantêm a nação submetida e amordaçada. Chamam a isso salvaguardas do Estado quando, em verdade, é a salvaguarda do regime de arbítrio, a espada de Damocles permanentemente suspensa sobre a cabeça dos adversários. A regra é esta – que ninguém se aventure a sair fora dos estreitos limites estabelecidos pela democracia possível dos donos do poder!

Uma demonstração mais vigorosa, de cunho democrático ou patriótico, numa universidade; uma greve de maior intensidade e duração; uma resistência prolongada de posseiros contra grileiros – de acordo com as reformas – são motivos suficientes para que o governo decrete, sem sequer a anuência do Congresso, um estado de sítio localizado, encoberto com o rótulo de medidas de emergência! E esse mesmo estado de sítio disfarçado pode ser estendido – como estado de emergência – a toda uma região e até a todo o país sempre que os tiranetes de Brasília considerem existir razões para isso.

Basta que um membro do Parlamento ou das Assembléias Estaduais critique um general Pinochet qualquer, como já ocorreu com o sr. Francisco Pinto, ou que denuncie fatos de gravidade capazes de ocasionar vivo impacto na opinião pública para que ele,

antes mesmo de ser julgado, tenha o seu mandato suspenso sob a alegação de atentado à segurança nacional. As cassações mudam apenas de forma. Mas continuam a ser efetuadas a pedido do Poder Executivo.

Fala-se no retorno ao habeas-corpus. Mas somente depois de passados dez dias das prisões por supostas atividades subversivas. Justamente o período em que as torturas e o terrorismo policial são mais selvagens. Os detidos continuam a responder perante a Justiça Militar – justiça de exceção para casos políticos – os processos forjados na polícia ou nas dependências das Forças Armadas.

As reformas entram também na esfera das organizações partidárias para cercear por todos os modos sua existência democrática. Mediante exigências que vão da obrigatoriedade de possuirem, no ato de sua fundação, 10% do total dos deputados e senadores até uma votação relativamente elevada e em onze Estados, o povo é privado de organizar legalmente os partidos de sua preferência, que nunca nascem sem dificuldades e sempre com um número ainda pequeno de filiados.

Tais, em linhas gerais, as mudanças reformistas de Geisel. Elas não tocam no famoso pacote de abril que criou a figura exótica do senador de proveta, gerado fora das entranhas maternas do sufrágio popular, que sancionou a nomeação de governadores de Estados fabricados pelas cúpulas do regime, que proibiu à oposição o uso do rádio e da televisão e que estendeu para seis anos o mandato presidencial.

Para contornar as resistências à sua aprovação, que são grandes, Geisel diz aceitar algumas emendas ao projeto original, desde que não afetem o seu conteúdo. E Figueiredo repete, a cada instante, que ele se incumbirá de melhorá-las e completá-las. Isto, porém, faz parte da farsa reformista. É uma isca para atrair os vacilantes à trampa oficial.

O povo brasileiro não aceita arremedos de constitucionalização do país. Nem reconhece uma Carta Magna outorgada por militares reacionários, emendada ao sabor das conveniências de camarilhas fardadas, ambiciosas e inescrupulosas, que se disputam por assegurar-se vantagens e privilégios da governança. Exige o fim da tutela dos generais e reclama a plenos pulmões o direito de construir seu próprio destino.

Os que consideram o projeto de reformas como um passo adiante, positivo, ou admitem-no como base para a reformulação do regime dependendo unicamente de algumas alterações, não são nem nunca foram democratas. Estão mais preocupados com as conseqüências da liberdade para as massas do que propriamente com a reorganização jurídica democrática da sociedade. Querem democracia para a elite, e instrumentos de coerção contra o povo. Alguns alegam que essa seria a única saída realista. Mas esse realismo somente leva em conta o que vem de cima, das cúpulas dirigentes. Não acredita e teme a força do movimento popular, este sim, o único capaz de forjar uma outra realidade e impor a verdadeira solução para a crise política em curso.

A luta decidida contra as pretensas reformas constitucionais de Geisel deve ser acelerada e transformada em campanha nacional. Ela prosseguirá, em ritmo sempre mais enérgico, se a maioria subserviente do Congresso as aprovar. A nação quer a democracia e está disposta a obtê-la, acabará triunfando.

CHINA CONTRA ALBÂNIA

OS MESMOS MÉTODOS DE KRUSCHOV et Cia.

Carta do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil ao camarada Enver Hodja e ao Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia.

Querido camarada Enver Hodja
Queridos camaradas do Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia

O ato hostil, unilateral e arbitrário do governo da República Popular da China de cortar toda a ajuda civil e militar à República Popular Socialista da Albânia, de interromper a construção de uma série de obras importantes e de chamar todos os especialistas chineses que trabalhavam na Albânia causou a mais profunda indignação entre os comunistas e, seguramente, entre as grandes massas trabalhadoras do Brasil.

Desde há algum tempo, vinhamos observando com preocupação revolucionária a conduta dos dirigentes chineses de menosprezo às forças que defendem verdadeiramente o socialismo e a revolução, sua atitude arrogante e impositiva face aos marxistas-leninistas, empenhados no combate ao revisionismo contemporâneo, ao imperialismo e à reação mundial. Enquanto assim procediam, abraçavam-se com os oportunistas e renegados da causa proletária, do tipo de Tito, e recebiam como a velhos amigos, dignos de toda a consideração, gente da marca de Nixon, inclusive depois de repelido pelo seu próprio povo. Agora, chegam à suprema infâmia de agredir, economicamente, um país socialista como a Albânia, admirado e respeitado por sua firmeza de princípios, por seu espírito de luta e sua honradez revolucionária, tentando solapar sua economia e sua defesa nacional. É um ataque injustificável orientado contra o socialismo e a ditadura do proletariado, que atinge, pelo seu conteúdo contra-revolucionário, aos povos de todos os países em pugna por sua emancipação nacional e social.

Com semelhante ato, os dirigentes chineses não fazem mais do que repetir a posição odienta dos revisionistas soviéticos quando investiram, usando os mesmos métodos, contra a Albânia e a China procurando calar a voz dos que criticavam sua traição ao socialismo. Esse fato, na época, demonstrou sobejamente o quanto Kruschov e seu bando haviam-se afastado do caminho socialista. Acaso não é isso também o que indica a atual posição dos dirigentes chineses? Onde fica o internacionalismo

proletário? Em palavras eles se dizem marxistas e internacionalistas, na prática, contudo, atuam como grande potência exigindo dos que recebem seu auxílio uma subordinação incondicional à sua linha e à sua política nacionalista.

Os fatos falam mais alto do que as prédicas enganosas. Ao mesmo tempo que a China interrompe obras socialistas na Albânia e lhe nega recursos militares, aviões chineses acorrem maciçamente ao Zaire para levar armas e munições a Mobutu, algoz do povo zairense e lacaio do imperialismo. Esse déspota recebe pressurosamente instrutores e técnicos da China incumbidos de dar-lhe toda a assistência possível. É doloroso constatar que reacionários e fascistas, assassinos de patriotas e revolucionários, inimigos jurados da classe operária em todo o mundo usufruem generosas ajudas da China, agora negadas a um país socialista. Geisel, Videla e Pinochet, para falar apenas desses três típicos verdugos de povos na América Latina, contam com as boas graças do governo chinês que não se cansa de elogiá-los e oferecer-lhes vantajosos negócios. É evidente que já não são os povos revolucionários e os governos fiéis aos ideais socialistas o alvo da amizade e do apoio dos dirigentes chineses. Agora, seus amigos e aliados são outros. São os governantes reacionários do chamado terceiro mundo, os imperialistas da Europa e da Ásia e, em particular, os monopolistas norte-americanos. Sob o pretexto de combate ao social-imperialismo, a China junta-se a todos os opressores e exploradores. E ao fazê-lo repele os inimigos de seus novos amigos – os povos oprimidos e espoliados. Igual que os soviéticos eles terão, porém, a merecida resposta das grandes massas trabalhadoras sempre dispostas a condenar com veemência os atos de traição ao socialismo.

A concepção de grande nação conduz ao tratamento de grande senhor nas relações com os pequenos países. Assim procedia o czar, na velha Rússia, como agora procedem Brezhnev e sua camarilha. Assim atuava e atuam os imperialistas dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Alemanha, da França, do Japão. Desgraçadamente, assim também se comportam os dirigentes da China de nossos dias, comprometendo os interesses e o

futuro de seu próprio povo, inteligente e laborioso. Inchados de sobrançaria, tal como Kruschov, os governantes chineses pensam dobrar a pequenina Albânia. Mas equivocam-se totalmente. Os albaneses trilham o caminho do socialismo e são dirigidos por um valoroso e autêntico partido marxista-leninista. Isto lhes dá uma energia invencível, uma confiança ilimitada em suas próprias forças. Já venceram piores situações. Territorialmente pequena, a Albânia é imensa pelas idéias que defende, pelo exemplo que dá, pela causa que sustenta. Mobilizará plenamente seus recursos materiais e humanos, contará com a simpatia e o apoio dos explorados e oprimidos de todo o mundo para levar a bom termo a edificação da nova sociedade.

Os comunistas brasileiros, inimigos irreconciliáveis do revisionismo, sentem-se felizes de se encontrar ao lado da gloriosa Albânia, defensora intrépida do proletariado e de sua doutrina científica, ao lado do camarada Enver Hodja, provado marxista-leninista, autêntico dirigente da classe operária em luta contra o capitalismo agonizante. Expressam sua solidariedade internacionalista ao valente povo albanês e ao seu Partido de vanguarda nesta hora em que os falsos amigos, aliados da reação, arremetem criminosamente visando prejudicar e sabotar a construção do socialismo na Albânia. Com esta atitude, acreditam interpretar os melhores sentimentos revolucionários do proletariado e do povo brasileiro. E estão certos de que nenhuma pressão, chantagem ou bloqueio pode enfraquecer a vontade de uma nação que se decidiu a construir seu próprio destino.

Os oportunistas passam, a revolução continua. Na Albânia e em todo o mundo, até a vitória final do comunismo.

Recebam, queridos camaradas, nossas mais calorosas e fraternais saudações.

O Comitê Central do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

NOVA FASE NA LUTA CONTRA A DITADURA

G.F.

Vivemos um período de mudanças e também de grande movimentação política. A ditadura militar-fascista, que veio para eternizar-se, entrou em crise insuperável. Já não pode, na antiga forma, manter-se no poder. Corroída pelas contradições internas, pelo fracasso de seus planos mirabolantes e, sobretudo, pela luta firme do povo brasileiro – dá sinais de evidente desintegração. Ninguém a esta altura ousa defender abertamente a sua existência. Até o governo despótico se diz liberalizante.

Em tal situação, faz-se necessário precisar certos aspectos da tática popular, aclarar posições e prevenir tendências de direita e de "esquerda" que possam causar prejuízos ao movimento democrático e patriótico em ascensão.

MODIFICAÇÕES NO QUADRO POLÍTICO

Diversas são as modificações registradas no quadro político nacional nestes últimos tempos.

Depois de se mostrarem irredutíveis ante os anseios da maioria da nação, os generais viram-se obrigados a anunciar reformas constitucionais. Nestas incluem a supressão aparente do AI-5. Não estão, porém, dispostos a ceder facilmente as posições que detêm, nem abrir mão, em essência, do regime antinacional e antipopular implantado com o golpe de 1964. Tratam de prolongar por mais seis anos, pelo menos, sua tutela sobre a nação, embora adaptando-a às novas condições surgidas no país. Designaram o general Figueiredo para o Palácio do Planalto, em 1979, impuseram governadores de Estados e "elegeram", num passe de mágica, 1/3 do Senado – os famosos senadores biônicos – a fim de assegurar-lhes maioria no Congresso. Seus manejos continuistas são dissimulados pela propalada volta ao Estado de direito.

Boa parte das classes dominantes abandona a nau avariada do Sistema. O esquema de sustentação de seus interesses, vigente até agora, parece-lhes superado. Esse esquema, se de uma parte, reforçou os grupos monopolistas da grande burguesia e garantiu-lhes elevados lucros, de outra parte, conduziu a uma dependência crescente da economia nacional ao capital estrangeiro, agravou em todos os aspectos os problemas sociais,

impediu a expansão do mercado interno, possibilitou o surgimento de uma grave crise. Reclama, por isso, a reformulação da orientação econômico-financeira assim como do sistema de governo. Pronuncia-se a favor de certas liberdades, condena o arbítrio e propugna a introdução de novos métodos nas relações entre empresários e trabalhadores. Deseja, no entanto, um regime democrático restritivo e sob o seu controle, que sirva de base ao desenvolvimento do capitalismo e ajude a conter o movimento revolucionário.

Um setor das Forças Armadas desprende-se igualmente da cúpula militar dirigente. Toma posição contra Geisel e seu sucessor, o general Figueiredo. Sentindo o desgaste dos governos militares, prega o fim do autoritarismo, tentando salvaguardar as Forças Armadas da crescente ira popular. Admite, em certa medida, aliança com as forças de oposição.

Também os imperialistas norte-americanos fazem correções em sua orientação para o Brasil. Eles foram os patrocinadores e sustentadores da ditadura militar. Ajudaram e ajudam os generais a reprimir brutalmente as massas populares. Contudo, mostram-se agora preocupados com o isolamento dessa ditadura e com o ódio do povo aos monopolistas ianques. Embora continuem confiando nos militares como força de choque contra o movimento patriótico e popular, não vêem com bons olhos sua perpetuação no poder. Dentro de sua nova estratégia mundial de luta contra a revolução e o comunismo e de oposição ao seu rival soviético, adotam o *slogan* de defesa dos direitos humanos que, de certo modo, conflita com os regimes castrenses. Por tais razões, os imperialistas ianques inclinam-se na atualidade para um sistema menos rígido que lhes permita apoiar-se em governos reacionários, dispondo no entanto de alguma base entre o povo. Estimulam, assim, limitadas mudanças no sistema político brasileiro. Desde logo, mudanças de forma que não afetem a continuação de seu domínio e exploração no país.

As correntes populares – que sustentaram durante vários anos uma resistência ativa, muitas vezes heróica, à ditadura, desmascararam seus planos, sua política entreguista e antipovo, seus crimes monstruosos – passam agora ao combate aberto e de massas ao regime, exigindo uma Assembléia Constituinte livremente eleita, a abolição de todos os atos e leis de exceção e a anistia geral. Suas palavras-de-ordem ganharam importantes setores da população. Seus pontos de vista influem decisivamente em muitos aspectos da marcha dos acontecimentos.

Todas essas modificações ocorridas no seio das diversas forças políticas e sociais, tanto nos campos da reação como dos setores populares, criam em certo sentido uma situação nova. A luta contra a ditadura entra numa nova fase. Uma fase em que se generaliza o repúdio ao governo ditatorial e em que se põe na ordem do dia a questão de como e pelo quê deve ser substituído o regime arbitrário.

EXPERIÊNCIAS DO PASSADO

Nesta nova situação e nesta nova fase, o proletariado e as massas populares devem ter em conta duas experiências vividas pelo nosso povo, em 1930 e em 1945. Numa

predominou uma tendência esquerdista, isolacionista e sectária; noutra vingou uma posição de direita, oportunista. Ambas nocivas.

Desde o 5 de julho de 1922, o Brasil atravessou quase uma década num clima de efervescência política e de ação revolucionária que culminou, em outubro de 1930, com a luta armada vitoriosa, chefiada pela Aliança Liberal e por seu líder Getúlio Vargas. Uma das principais bandeiras da Aliança era a derrocada do regime oligárquico, antidemocrático, que prevalecia no país. O proletariado revolucionário, representado pelo Partido Comunista, considerou que esse movimento, orientado pela burguesia, não interessava aos trabalhadores. Julgava errôneo dele participar pois tal significaria submeter-se à hegemonia burguesa. Ficou à margem. Não soube atuar de maneira justa no seio desse movimento, onde existiam condições muito favoráveis à obtenção de importantes conquistas e ao reforçamento da influência do Partido entre as massas. Perdeu-se uma oportunidade para fazer avançar o processo revolucionário e imprimir-lhe conseqüência.

Em 1945, surgiu também uma situação excepcional. A reação e o imperialismo já não conseguiam manter o Estado Novo, implantado em 1937, tendo as Forças Armadas como sustentáculo. O Estado Novo decompunha-se em face da luta democrática e antifascista mundial e do combate realizado pelas forças patrióticas e democráticas brasileiras. O povo reclamava, nas ruas, o fim do regime reacionário, anistia aos presos políticos, liberdade e um regime democrático. Então o Partido Comunista compreendeu o sentido dos acontecimentos. Soube explorar as contradições no seio da reação, aliou-se a amplas forças. E por isso obteve significativos êxitos. Juntamente com as massas, conquistou liberdades democráticas e, inclusive, o direito à vida legal. Todavia, defendeu posições oportunistas. Não foi capaz de formular corretamente as novas tarefas que incumbiam ao proletariado e ao povo depois da derrota do Estado Novo. Acreditava que o imperialismo e a reação estavam definitivamente batidos e jamais poderiam impedir o avanço pacífico da democracia. Pregou a "ordem e tranquilidade", opondo-se em certa medida às reivindicações das massas. Mandou o proletariado, quase dez anos sem direito de greve, apertar o cinto. Com semelhante posição, ajudava as classes dominantes a conter o ascenso revolucionário e a frear o ímpeto combativo das massas. Passado o momento mais difícil, as classes dominantes, apoiadas nas Forças Armadas, retomaram o velho caminho. Perdeu-se, deste modo, outra oportunidade para acumular forças revolucionárias e impulsionar o movimento libertador.

Nas circunstâncias atuais, que se assemelham àqueles acontecimentos embora com características diferentes, o proletariado e o seu Partido de vanguarda não podem repetir os mesmos erros. Nem isolar-se do processo em curso, nem seguí-lo sem independência e carente de perspectiva.

A SOLUÇÃO POPULAR

Taticamente, o proletariado e as massas populares já definiram o rumo a seguir no que diz respeito à substituição do atual regime. Este rumo está expresso nas três palavras-de-ordem: Abolição de todos os atos e leis de exceção, Anistia Geral e Assembléia Constituinte livremente eleita. Ou seja: é preciso antes de mais nada revogar

in totum todos os atos e leis de exceção e conceder a anistia como condição prévia às transformações de cunho democrático que o país exige, uma vez que tais atos e leis são escoras da ditadura, meros instrumentos de repressão e perseguição política. Garantida a plena liberdade dos cidadãos, convocar-se-á a Assembléia Constituinte soberana para formular um novo regime que terá sua expressão jurídica numa Constituição elaborada por representantes do povo eleitos sem quaisquer restrições.

A concretização desse objetivo está ligada à derrocada da ditadura e à criação de um governo provisório em cuja composição devem estar representados os setores antiditatoriais, democráticos e populares. Geisel e seus comparsas, mesmo sob pressão do povo, jamais tomariam àquelas medidas. Eles não pretendem abolir os atos e leis de exceção mas incluí-los disfarçados, na Constituição reacionária de 1967 sob a forma de "salvaguardas" do Estado.

O que se pretende com essa tática é a conquista da completa liberdade política. As três palavras-de-ordem, acima mencionadas, são expressões dessa reivindicação mais geral do povo na presente quadra da vida política nacional. Antiga aspiração das massas populares e dos trabalhadores, que nunca desfrutaram de efetiva liberdade, tal conquista

se apresenta como necessidade inadiável. Aliás, desde há muito ela vem se constituindo num dos componentes programáticos do movimento revolucionário brasileiro em luta contra a reação e a falta de direitos para o povo. Além do mais, o processo político em curso coloca esta questão – como em 1930 e 1945 – na ordem do dia. Seu significado é claro. Liberdade para permitir a livre organização da classe operária, dos camponeses e de outras camadas da população. Para debater e esclarecer a verdadeira solução dos problemas que a nação enfrenta. Para elevar a consciência política das grandes massas, tendo em vista o desenvolvimento histórico da sociedade. Para varrer a reação das posições-chave que ocupa. Em suma, liberdade para dar maior impulso às lutas reivindicativas justas das massas e fazer avançar o processo revolucionário no país.

É uma tática ampla que facilita a unificação de grandes forças sociais e políticas contra a ditadura. E se justifica plenamente do ponto de vista de princípios. O proletariado revolucionário tem seus esquemas de alianças permanentes e também conjunturais. No esquema permanente entram as grandes massas camponesas, a pequena burguesia urbana, a intelectualidade progressista e mesmo uma parte da burguesia nacional. Mantém-se durante toda a primeira etapa da revolução e visa objetivos radicais. Isto não nega, no entanto, os esquemas de conjuntura. Sem abandonar aquilo que é duradouro, no terreno das alianças, o proletariado junta-se a outras forças, em cada situação concreta e explorando as divergências no campo da reação, desde que isso lhe dê maior facilidade de movimentação política, permita esclarecer e organizar as massas, contribua para isolar seus piores adversários em cada momento e possibilite a conquista de objetivos favoráveis à luta revolucionária. Se o proletariado adotasse unicamente seu esquema de aliados permanente, em geral realizado apenas no plano teórico, marginalizando-se do processo político em curso, cairia no sectarismo, isolar-se-ia. E se, ao contrário, se aferrasse somente ao esquema de conjuntura despencaria no oportunismo.

FLEXIBILIDADE NA TÁTICA

Não basta, porém, uma tática ampla. Esta deve ser também flexível de modo a permitir enfrentar todos os altos e baixos da conjuntura, as manobras e contra-manobras dos inimigos a fim de cortar-lhes as possibilidades de sucessos momentâneos. Nunca se saberá de antemão que motivo determinará a queda de um regime de reação. O motivo surge muitas vezes de maneira inesperada, resultado do processo contraditório da prática política. O proletariado e as massas populares devem estar preparados para utilizar todas as formas de luta e todos os "acidentes" da evolução política.

No momento, a evolução da situação brasileira apresenta condições propicias para aprofundar a luta contra a ditadura e mesmo para golpeá-la definitivamente. Estas condições se relacionam com a acentuação das divergências nos setores governamentais e no seio das classes dominantes. Criou-se a possibilidade do lançamento de uma candidatura alternativa que, apoiada num poderoso movimento de massas, poderá derrotar o candidato de Geisel no chamado colégio eleitoral. Juntamente com essa possibilidade, surgiu uma frente pela democratização o que amplia, sobremodo, o campo de atuação das correntes antiditatoriais. Devem ou não as forças populares apoiar e tomar parte nesses movimentos? A resposta só pode ser afirmativa. Uma decisão

anti-Geisel – pouco importa que no colégio eleitoral montado pela ditadura – ou mesmo uma séria ameaça à candidatura Figueiredo ajudarão a desestabilizar o governo de arbítrio e precipitar o momento de sua queda. De outra parte, o desenvolvimento da frente levará a pregação democrática a setores até agora não atingidos, pois ela dispõe de auditórios mais amplos, não obstante sua ainda pequena utilização. Uma e outra coisa favorecerão o movimento democrático, patriótico e popular.

Sem dúvida, um governo saído do embate no colégio eleitoral não será revolucionário, nem de extração popular. Mas será um governo seriamente comprometido com as soluções democráticas e sob a pressão de grandes massas. Não se pode excluir também a possibilidade de que generais reacionários, diante do ascenso da luta democrática e do fracasso de Geisel, intentem intervir, assumindo o governo, para "manter a ordem". Eles teriam, porém, que enfrentar um movimento popular mais sólido e melhor organizado e o clamor da maioria da nação por liberdade e democracia. Não lhes seria fácil manter por muito tempo aquilo que Geisel não conseguira sustentar.

Impõe-se, portanto, uma correta flexão tática.

Essa flexão, contudo, encontra resistências injustificáveis em certos segmentos da oposição popular, o que vem ocasionando uma perda de ritmo na ação antiditatorial e conduzindo à dispersão do alvo de ataque. Ao invés de concentrar-se o fogo sobre Geisel e seu sucessor, sobre suas reformas antidemocráticas de institucionalização do atual regime, especula-se a respeito de possíveis intenções obscuras daqueles que se articulam na frente de democratização. Teme-se que o candidato alternativo ou outros elementos de projeção das classes dominantes, ora em oposição, imponham sua hegemonia e desvirtuem o sentido da campanha antiditatorial. Não se compreende que esta questão, em última instância, se decide não pelo alheiamento mas pelo engajamento na frente-única de grandes massas trabalhadoras e populares, com atuação independente, lutando contra a ditadura, em prol da plena liberdade política. Não há que perder de vista que o problema fundamental no combate ao Sistema atual envolve a problemática do governo. É muito importante pugnar pela anistia, por melhores salários e direito de greve, contra a carestia, a censura etc., mas não se deve esquecer que o embate decisivo se trava no plano do deslocamento de forças no poder.

NECESSIDADE DA FRENTE-ÚNICA

Precisamente essa finalidade reclama a constituição de uma frente-única ampla. Para vencer os inimigos, ainda relativamente fortes apesar de golpeados, é imprescindível somar esforços e utilizar todas as brechas que se apresentem no quadro político.

São, inegavelmente, consideráveis as forças descontentes com o Sistema na presente conjuntura. Todas essas forças atuam politicamente e apresentam suas soluções que variam de tonalidades democráticas. Mas há um ponto comum: o interesse em substituir o atual regime de arbítrio, a oposição ao governo ditatorial. Esse ponto comum é a base para a frente-única. Em geral, tais forças aproximam-se das correntes populares visando reforçar suas posições. Seria um erro rechaçá-las sob o pretexto de serem inconseqüentes e vacilantes. Como erro seria também subestimar as divergências

que as opõem ao Sistema. Essas divergências têm causas objetivas e podem, eventualmente, evoluir para choques de maior gravidade, como em 1930.

A frente-única é um agrupamento político onde há unidade em torno de metas comuns e ao mesmo tempo diversidade de tendências e programas. Os que dela participam não anulam sua personalidade política própria. Justamente por isso na frente-única há unidade e há luta. Combate-se, juntos, os inimigos comuns. E simultaneamente luta-se contra as vacilações e inconseqüências, contra as soluções de conciliação, as tentativas de frear o movimento de massas. Mas esta luta é de tipo diferente e em plano diferente da que se trava contra os adversários visados.

Além disto, nem tudo se subordina à frente-única. O proletariado, os camponeses, os estudantes, ao lado das ações unitárias em frente-única, realizam também ações independentes. Com isto, levantam suas reivindicações específicas, defendem palavras-de-ordem que melhor correspondem ao desenvolvimento da situação e reforçam o movimento popular.

Não será apartando-se da frente-única ou estreitando suas fileiras que se alcançará a vitória. É lutando firmemente contra a ditadura e suas tentativas de institucionalização do regime vigente, unificando forças cada vez mais amplas, mobilizando as massas e a opinião pública para a conquista da plena liberdade – ligada às três palavras-de-ordem de ação imediata – que se obterá o completo êxito. As restrições sectárias contrárias ao alargamento da frente contribuem para enfraquecer o movimento popular e democrático. São perigosas sobretudo quando Geisel, tentando sair do isolamento em que se encontra, acena com as supostas reformas visando atrair os inconseqüentes das hostes oposicionistas.

A frente-única antiditatorial tem um caráter transitório. Atua dentro de uma determinada realidade e persegue objetivos limitados. Alcançado o objetivo, perde a sua razão de ser. Outras serão as tarefas, outra a composição de forças aliadas. Somente os revisionistas consideram-na válida para todo o sempre. Eles não vão além do que pensa e defende a oposição burguesa e conservadora, isto quando não se aquietam a setores do próprio governo. São reformistas impenitentes, lacaios do capitalismo e do social-imperialismo.

UMA CLARA PERSPECTIVA

Indubitavelmente, a derrubada do sistema de arbítrio e a conquista da plena liberdade constituem as tarefas da presente situação. A obtenção da liberdade, no entanto, não pode ser considerada como um fim em si mesmo. Seria engano supor que, uma vez alcançada, tudo estaria resolvido. As forças progressistas da sociedade brasileira querem ir adiante, para um novo regime econômico-social. E tratam de orientar-se, nesse sentido, por uma clara perspectiva.

Não se trata de voltar a situações passadas. Nem ao período de após II Grande Guerra, nem mesmo aos anos de 1963 e começos de 1964. O povo brasileiro fez novas experiências, percorreu outros caminhos, alargou seus horizontes políticos. Compreende

cada vez melhor que enquanto o poder não passar efetivamente às suas mãos, as liberdades estarão sempre ameaçadas; os militares reacionários não deixarão de intervir para barrar as conquistas populares; os interesses de grupos poderosos sobrepor-se-ão aos da maioria da nação. Por isso, recusa a deter-se no meio do caminho, a aceitar simplesmente a democracia relativa, dentro do quadro da dominação das forças conservadoras.

Uma correta perspectiva do proletariado e das forças populares, após a derrubada do sistema atual e a conquista da liberdade política, somente pode ser a da luta por uma nova democracia, uma democracia popular.

O Brasil precisa de um regime e de um governo que representem outras forças sociais, vale dizer, a classe operária, o campesinato, as camadas médias urbanas e a parte da burguesia ligada aos interesses nacionais. Esse regime, sob a direção do proletariado, é o único que pode, na presente etapa do desenvolvimento histórico do país, dar solução ao problema da terra, liquidar a espoliação do capital financeiro internacional, assegurar um desenvolvimento econômico independente, pôr fim a injusta distribuição da renda, melhorar substancialmente a situação dos trabalhadores, enfim, remover todos os obstáculos ao progresso, à democracia verdadeira, à autêntica independência nacional.

É claro que a luta por uma democracia popular não será simples nem fácil. Exigirá ingentes esforços dos trabalhadores e das massas, assim como táticas adequadas. Táticas que dependem do alcance da vitória popular sobre a ditadura e da correlação de forças que venha a se formar no quadro político. Somente o infantilismo esquerdista acredita no caminho reto, sem ziguezagues nem alianças momentâneas, nas soluções automáticas. Muitas serão as batalhas a travar, as dificuldades a vencer. A revolução impõe gigantesco trabalho de organização e mobilização do povo, a elevação do seu nível de consciência política (que inclui a efetuação de sua própria experiência), sua preparação para as grandes lutas. Tudo isto, sem dúvida, será facilitado pelo ascenso do movimento democrático e popular.

A nova democracia, a democracia popular pode ser alcançada. É uma profunda aspiração de milhões de brasileiros explorados e oprimidos, nas cidades e no campo. Ainda que a reação e o imperialismo, conjugados, tentem sustentar por todos os meios a ordem injusta predominante, seus esforços serão baldados. O povo já deu provas, nestes quatorze anos de ditadura, que não quer viver subjugado. Quebrará todos os grilhões, vencerá seus inimigos de hoje e de amanhã em busca de uma vida livre e feliz.

Corretamente orientado, não há força capaz de detê-lo. O povo é invencível quando se une e ousa triunfar.

TÁTICA AMPLA, COMBATIVA E FLEXÍVEL

Vitor

Hoje, no Brasil, falar numa posição política justa e numa atuação política conseqüente é falar numa tática ampla, combativa e flexível para derrotar a ditadura e conquistar a democracia.

Dia após dia, ficam mais claros os contornos de uma nova situação política. A fermentação presente nas empresas e no movimento sindical, nas escolas e nas entidades estudantís, nos bairros populares e nas associações comunitárias, nos movimentos de intelectuais e artistas etc., é uma fermentação resultante de um penoso mas persistente processo de reorganização e de mobilização de segmentos populares da sociedade brasileira realizado por iniciativas diversas. Autenticamente popular, democrático e patriótico, este processo evoluiu de baixo para cima e por etapas, com trajetórias próprias e dinâmicas distintas, conforme as forças que se articulam, as áreas em que se movimentam e os problemas a enfrentar. As manifestações públicas dos últimos tempos mostram claramente que estes movimentos, que se desenvolvem ante os nossos olhos, traduzem os sentimentos e as aspirações das suas bases, dos setores e forças populares que os compõem e que estão sendo atraídas para a luta e unidade.

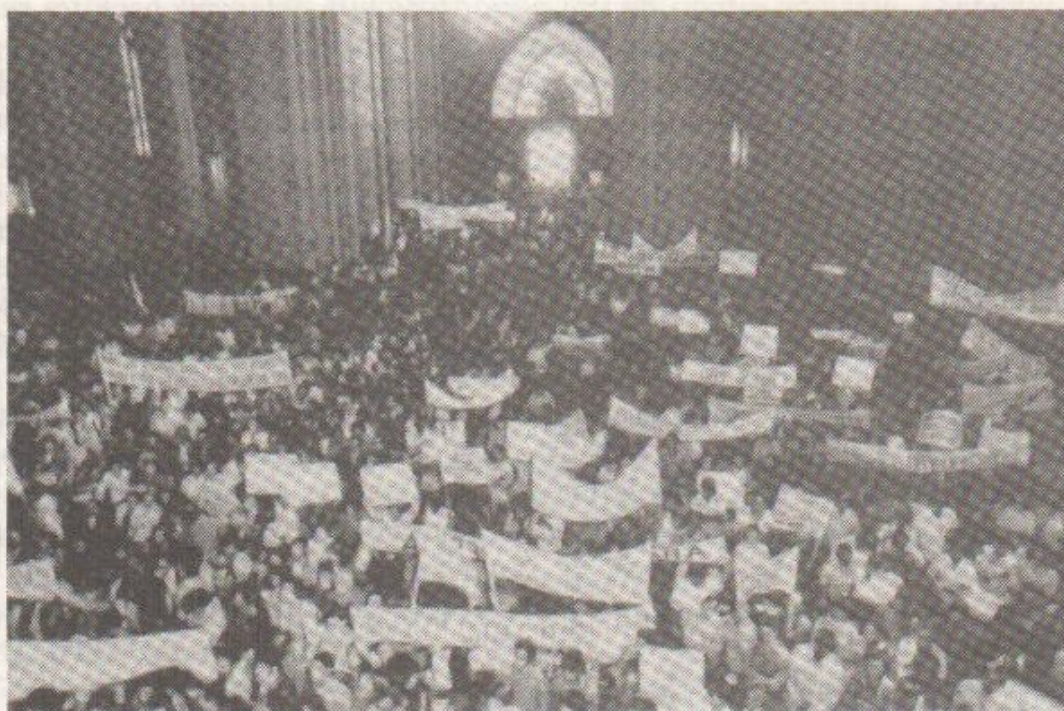
Todas as forças sociais e políticas estão em movimento – as forças ditatoriais tentando desesperadamente ver até onde será possível adiar a catástrofe, as forças antiditatoriais quebrando instrumentos do sistema militar fascista, ocupando melhores posições de luta e avançando para novas e maiores batalhas políticas. As intensas movimentações sociais e políticas que se processam hoje no Brasil resultam de uma situação nova, situação inédita na última década. As principais tendências de desdobramento desta nova situação política caracterizam-se pelo desenvolvimento ascendente dos movimentos operário, estudantil, popular e democrático, pelo processo acelerado de desagregação da ditadura militar fascista, pela disposição crescente de aglutinação dos diversos movimentos de oposição antiditatorial e pelas condições cada dia mais favoráveis a articulações e alianças de forças sociais e políticas capazes de impor as liberdades democráticas, derrotar a ditadura e implantar a democracia.

O desenvolvimento da situação brasileira adquiriu tal dinâmica e alcançou tais dimensões que estão a surgir novos acontecimentos e a se produzir novas mutações com grande rapidez. Os meses passam como se fossem semanas e as semanas como se fossem

dias. Na realidade, estamos saindo de um período de luta defensiva para um período de luta ofensiva, o qual exige a definição coerente de novas reivindicações e novos objetivos de ação unitária. Muitos problemas novos já estão a se colocar à nossa tática política nos campos das flexões, das tarefas e das perspectivas, das palavras-de-ordem, das formas de ação, das articulações políticas e dos tipos de alianças.

As possibilidades de luta e unidade que se abriram já são grandes e crescem de dia para dia. As condições são excelentes para o nosso povo derrotar a ditadura e impor a democracia. Quanto maior for a destruição das estruturas político-institucionais do sistema militar fascista mais rapidamente avançaremos no caminho da completa liberdade política. O que hoje há de novo é que a luta pela anistia ampla e irrestrita, pela revogação dos atos e leis de exceção e pela convocação de uma Assembléia Constituinte soberana, livremente eleita, está sendo dinamizada e enriquecida pela luta por novos direitos democráticos, ou seja, pela liquidação do "pacote de abril" e da "lei Falcão", contra as chamadas salvaguardas do regime e a denominada "lei de segurança nacional", pelas eleições diretas e pela liberdade de organização dos partidos políticos, por uma imprensa livre de qualquer censura, pela autonomia sindical e pela destruição da atual estrutura sindical corporativo-fascista, pela livre organização das entidades estudantís, pela liquidação do arrocho salarial e pelo aumento geral de salários e vencimentos, contra a carestia e por melhores condições de vida para o povo, pela participação massiça nas eleições de novembro com o maior número de candidatos populares apoiados em comitês populares e plataformas de ação imediata onde estejam contempladas as reivindicações mais sentidas das grandes massas. As raízes dessas aspirações democráticas são profundas e provêm das bases da sociedade civil. As condições conjunturais são cada vez mais favoráveis para a conquista de importantes êxitos e colocam a necessidade urgente de novas formas de ação, de novos tipos de articulações e alianças políticas.

No momento a questão central é esta: impulsionar, com a maior rapidez, a aglutinação e unidade das forças possíveis de serem aglutinadas e unidas, a mobilização das forças possíveis de irem a ações políticas cada vez mais amplas para derrubarmos juntos o regime militar fascista e conquistarmos juntos a democracia. É esta a grande aspiração, a aspiração primeira de todo o nosso povo. É esta, portanto, a tarefa atual de luta e unidade de todos os antifascistas, democratas e patriotas, com os comunistas nas primeiras linhas de combate.

É urgente tudo fazermos não só para ampliar mas também para aglutinar em toda a parte, nos municípios, nos Estados e nacionalmente os diversos movimentos de oposição à ditadura – operário, camponês, estudantil, popular, democrático. É urgentíssimo imprimir-lhes um caráter verdadeiramente massivo e levá-los a lutas e mais lutas, em ondas sucessivas e crescentes. A ditadura está em crise? É preciso aprofundar a crise, transformá-la em crise governamental e desdobrá-la em crise política. A ditadura está em desagregação? É preciso acelerar a sua desagregação, não deixando, dela, pedra sobre pedra. O sistema militar fascista, antipopular e antinacional, trazia em si doença incurável e hoje tem os seus dias contados, nenhuma reforma terá mais o poder de prolongá-los. É preciso apressar o seu desenlace inevitável. É destruindo radicalmente a ditadura que poderemos construir a verdadeira democracia, e estabelecer um governo que expresse a vontade popular.

Na atual situação brasileira não é só necessário mostrar às grandes massas trabalhadoras e populares a justeza da nossa linha revolucionária de luta pela democracia popular rumo ao socialismo mas também da maior importância tudo fazer para que tornem sua a nossa tática política. Por corresponder as aspirações vitais e imediatas da classe operária e de todo o povo brasileiro, a nossa tática política define o que é preciso fazer ao longo do período em curso. Sendo ampla, combativa e flexível, indica tarefas, formas e meios de nos inserirmos vivamente no movimento real, na luta de classes, a fim de podermos conduzir as grandes massas à luta e à unidade por suas reivindicações mais sentidas, apontando-lhes ao mesmo tempo os caminhos para irem sempre adiante na conquista de seus legítimos direitos. Precisamente por isto é que, diante das condições reais de tempo e de lugar, da correlação de forças em luta, das aspirações imediatas das massas e da sua disposição de lutar por maiores direitos democráticos, devemos traduzir a nossa tática geral em justas e adequadas alternativas políticas conjunturais, apresentadas sempre no momento oportuno e de forma concreta, hábil, mobilizadora. Esta é uma questão fundamental para a acumulação revolucionária de forças, para o maior desenvolvimento da luta e unidade das forças populares, democráticas e patrióticas, com o proletariado à frente. Para que esses objetivos sejam realmente alcançados, as nossas alternativas políticas conjunturais devem revestir-se de características idênticas às da tática geral do Partido, isto é, ser ao mesmo tempo amplas, combativas e flexíveis.

É nosso dever, portanto, atuar com posições táticas amplas, pois só assim teremos reais condições de responder aos sentimentos e desejos mais profundos e imediatos das grandes massas trabalhadoras e populares e também às aspirações democráticas e patrióticas dos mais variados setores sociais e políticos que querem hoje destruir o monstruoso sistema militar fascista que impôs a mais terrível exploração e opressão a milhões e milhões de brasileiros para beneficiar um pequeno punhado de nababos nacionais e de empresas multinacionais. É preciso não medirmos esforços nem

sacrifícios para unir todos os que possam ser unidos, para atrair mais e mais forças para o campo da oposição antiditatorial a fim de estreitar sempre mais o campo da ditadura, isolá-la mais ainda, desagregá-la e levá-la à derrota imediata e completa. Ampliar é o oposto de estreiteza sectária e de infantilismo esquerdizante mas não é sinônimo de conciliação nem de pacificação nacional, como apregoa o oportunismo prestista; ampliar é trazer em primeiro lugar e preferencialmente novas e maiores forças trabalhadoras e populares para a luta e a unidade popular de massas. É preciso ter sagacidade política para realizar articulações e estabelecer alianças políticas, mesmo condicionais e provisórias, com todas as forças da oposição democrática pequeno-burguesa, da oposição burguesa liberal-democrática e inclusive da oposição democrático-conservadora. Não se pode deixar de aproveitar a menor brecha surgida no campo dos inimigos do nosso povo, qualquer contradição existente entre diferentes setores e grupos da burguesia e mesmo de latifundiários, para ganhar ou neutralizar inimigos secundários do momento, isolar, desagregar e derrotar o inimigo principal – a ditadura militar fascista. Atuar com esta amplitude tática ajuda a impulsionar a luta antiditatorial e democrática do nosso povo? Então, é justo. É preciso portanto ter a máxima habilidade para aproveitar as menores possibilidades de conseguir aliados de massas que contribuam de uma ou de outra maneira para levar à vitória a luta democrática do nosso povo, mesmo que sejam aliados vacilantes, instáveis, temporários. O que importa é não nos contentarmos com as primeiras vitórias democráticas mas tomá-las como ponto de partida para novas articulações políticas e novos tipos de alianças a fim de avançarmos mais rapidamente na luta pela conquista da completa liberdade política e de abrirmos caminhos rumo à democracia popular.

É nosso dever, também, atuar com posições táticas combativas, ou mais explicitamente, estar sempre voltados para a preparação, o desencadeamento e a direção das ações reivindicativas e políticas das massas. Ao lutarmos pela mais ampla unidade popular e democrática lutamos simultaneamente pela sua maior dinamização para que adquiram maiores dimensões políticas. Porque perseguimos estes dois objetivos simultaneamente, preocupamo-nos em colocar tarefas e objetivos que correspondam às necessidades da luta popular, democrática e patriótica a fim de que os movimentos dispersos se aglutinem, adquiram dinâmica nova, mantenham características combativas e avancem em ondas sucessivas e crescentes. Há quem diga que hoje é preciso procurar condutos políticos que neutralizem as radicalizações; nós dizemos justamente ao contrário: hoje é preciso descobrir novos e melhores condutos políticos que possibilitem a maior e mais ativa participação das grandes massas trabalhadoras e populares na vida política brasileira e nas importantes decisões que irão determinar o próximo futuro de nosso povo e da nossa pátria. É só na luta que as massas se temperam e se educam revolucionariamente. É só na luta que se incute nos explorados e oprimidos a consciência de que são muito mais fortes do que os seus exploradores e opressores. É só na luta que se faz a acumulação revolucionária de forças. Combatividade, porém, não quer dizer aventureirismo. É sinônimo de dinamização e de radicalização das ações reivindicativas e políticas das massas, com dimensões verdadeiramente de massas e como único meio de as massas atingirem etapas superiores de luta, alcançarem novas conquistas e ocuparem posições sempre mais avançadas.

Sendo amplas e combativas as nossas posições táticas devem ser ao mesmo tempo flexíveis. Esta a justa maneira de podermos estar sempre vivamente inseridos em todas

as variações políticas que se verificam dentro do mesmo quadro geral de um período determinado de desenvolvimento social. Se as condições concretas estão sempre a se diversificar, se há sempre modificações na correlação de forças em luta, se a consciência das massas está sempre em diferentes níveis e nunca é a mesma a sua disposição de luta, é então perfeitamente compreensível que a nossa atuação política se revista da maior flexibilidade. Não sendo assim, correríamos sérios riscos de nos desligarmos do movimento real, da luta de classes, da vida social e política que é sempre muito complexa e rica e onde se processam continuamente maiores ou menores tensões, choques e mutações. Jamais poderemos perder a capacidade de interferência ativa no processo social e político em curso, a habilidade de dominar todas as formas de luta, substituindo umas por outras mais eficazes se de um momento para outro as circunstâncias se modificarem. A flexibilidade tática nos dá não só habilidade para enfrentar ou contornar situações diversas mas também agilidade de atuação no momento preciso. Flexibilidade tática é o oposto de rigidez política mas é sinônimo de capacidade de agir com acerto e rapidez, de habilidade e agilidade de atuar politicamente em todas as situações e a cada momento, de mobilizar tudo e todos para lançar grandes massas em ondas e ondas de ações políticas dos mais variados tipos e níveis.

A flexibilidade tática possibilita ampliar sempre o movimento de massas e ao mesmo tempo radicalizá-lo, no que se relaciona às tarefas, palavras-de-ordem e formas de ação. Ampliar sem considerar a necessidade de dinamizar os protestos e ações de massas, a necessidade de elevar a sua combatividade e o nível de suas lutas, conduz inevitavelmente à conciliação e ao capitulacionismo; radicalizar sem ter em conta a necessidade de ampliar as bases de massas do movimento popular e democrático, a necessidade de alargá-lo com a incorporação ativa de novos e mais vastos setores do povo conduz inevitavelmente ao isolamento, ao fracasso, à derrota. Para possibilitar a mais hábil e ágil articulação da ampliação com a radicalização e da radicalização com a ampliação é preciso compreender política e praticamente que as nossas posições táticas devem revestir-se sempre da maior flexibilidade.

É com posições táticas ao mesmo tempo amplas, combativas e flexíveis que manteremos a nossa coerência revolucionária, não nos desviaremos dos nossos objetivos táticos gerais nem dos nossos objetivos estratégicos, não nos adaptaremos passivamente a cada acidente da vida política, a cada manobra demagógica dos inimigos do nosso povo nem tampouco às possíveis vacilações de aliados instáveis e temporários. Não concordaremos com as cedências, contemporizações, conciliações ou negociatas políticas, mas participaremos sempre e ativamente de articulações, acordos e alianças que abram novos e maiores condutos para a maior e mais ampla participação popular nas batalhas políticas e nas decisões políticas. A experiência mostra que é no fogo da luta de classes, das ações reivindicativas e das batalhas políticas que se conquistam direitos, se avança no processo revolucionário e se alcança a emancipação nacional e social. Lutamos pelos interesses e objetivos imediatos das massas, mas ao mesmo tempo defendemos também, dentro do movimento presente, o futuro desse movimento. Ao desdobrar a tática geral do Partido em alternativas táticas concretas e específicas adequadas a cada conjuntura política, temos como objetivos principais nos inserirmos mais vivamente na luta de classes e não deixar em nenhum momento campo livre aos inimigos do nosso povo a fim de ocuparmos sempre, após cada batalha política,

melhores posições para novas batalhas em condições mais favoráveis. Hoje, visamos alcançar a democracia, mas batalhando simultaneamente pela mais completa liberdade política e avançando em seguida rumo à democracia popular e ao socialismo.

No Partido não há lugar para posições sectárias ou esquerdizantes nem para atitudes conciliadoras, defensistas e espontaneístas, pois, umas e outras, só fazem estreitar ou paralisar as ações e a unidade das massas trabalhadoras e populares por seus legítimos direitos. Tampouco há lugar para vacilações num momento que não permite a menor protelação mas exige a maior urgência na preparação e no desencadeamento de continuadas e crescentes ações reivindicativas e políticas das grandes massas. Precisamente por isto devemos desenvolver todos os esforços e não medir sacrifícios para imprimir um estilo leninista de direção e de trabalho partidário e de massas que se caracterize por uma clara e ampla visão política, capacidade de decisão e de iniciativa, espírito prático e realizador, atuação viva, dinâmica e operativa. Que nos voltemos todos para o trabalho organizado, persistente e combativo de esclarecimento, mobilização, aglutinação e unidade das grandes massas operárias, camponesas, estudantis e populares na luta e para a luta. Que nunca nos faltem disposição, vigor e valentia comunistas para agirmos como um Partido de grande combatividade revolucionária, com iniciativas políticas independentes e unitárias, com elevado espírito proletário-revolucionário. Cada organismo partidário e todo o Partido se afirmam mais e mais como autêntica vanguarda revolucionária marxista-leninista da classe operária e das massas populares se formos capazes, pelos nossos exemplos, de as galvanizar, de lhes incutir confiança nas próprias forças, espírito revolucionário e consciência política classista e independente. O leninismo ensina que o espírito proletário-revolucionário dos comunistas consiste em saber perceber, encontrar, determinar com exatidão o rumo concreto ou as mudanças bruscas dos acontecimentos susceptíveis de conduzir as massas a grandes lutas políticas e revolucionárias, verdadeiras, decisivas. Os critérios do espírito proletário-revolucionário de todos nós, membros do Partido Comunista do Brasil, são a unidade indissolúvel entre as palavras e os atos, entre a vontade e a ação, entre a capacidade de pôr as massas em movimento e a disposição de superar todas as dificuldades da luta, entre a disposição de combater e a determinação de vencer.

Hoje, no Brasil, desenvolve-se uma situação política já bastante instável, com a abertura de fendas no sistema militar-fascista, a desagregação crescente da ditadura e o desejo popular generalizado de mudanças em certa medida radicais. As massas trabalhadoras e populares, as forças democráticas e patrióticas precisam ocupar rapidamente novas e melhores posições de luta para impor as transformações sociais e políticas reclamadas pela maioria da nação. As condições são excelentes e grandes as possibilidades de êxitos.

URGENTE A INTENSIFICAÇÃO DAS LUTAS DE MASSAS

N. Enriquez

O programa tático atual da oposição popular encontrará sérios obstáculos à sua concretização caso não se faça acompanhar de uma intensificação da luta de massas. Os simples acordos de cúpula, a atividade puramente parlamentar, os comícios rotineiros e esparsos dificilmente acumularão forças suficientes para se alcançar a DEMOCRATIZAÇÃO JÁ.

Nesses quatorze anos de ditadura militar, as condições objetivas e subjetivas nunca foram tão favoráveis ao desencadeamento de um movimento de massas em grande extensão. A greve dos metalúrgicos deu-nos uma prova irrefutável dessa verdade. O regime militar encontra-se acuado e dividido. A repressão, após sofrer importantes revezes, retrocedeu. A insatisfação popular, no plano econômico e político, eleva-se a altos níveis e se manifesta nas menores atividades do cotidiano.

No entanto, um balanço deste último ano e meio nos revela apenas três importantes ações de massa – a agitação estudantil de 77, a passeata contra a carestia em São Paulo e a greve dos metalúrgicos, embora tenham ocorrido também numerosas outras de menor porte. Um saldo que, sem dúvida, ainda não está à altura desta tarefa de grande envergadura que é a liquidação da ditadura.

A composição heterogenea do amplo conjunto das forças antiditatoriais não explica o ritmo ainda lento, setorializado e descontínuo do movimento de massas. No fundamental, a amplitude política da frente-única é um fator a mais de estímulo à radicalização das massas. Ainda que as forças atrasadas procurem frear essa radicalização, cabe às lideranças populares superar esse entrave e acionar os mecanismos capazes de detonar as ações mobilizadoras. Uma independência da oposição popular neste sentido não prejudica em nada a unidade na cúpula, porque, uma vez as massas nas ruas, os setores da retaguarda, para não se isolarem, terão de acompanhar o novo ritmo do processo. Ao contrário do que se pode imaginar, a unidade na cúpula desenrola-se mais precariamente quando não consegue se projetar e se fundir ao movimento de massas. Sem o respaldo e, ao mesmo tempo, sem as pressões das massas, os setores atrasados tornam-se mais permeáveis aos constantes assédios do inimigo para neutralizá-los. Portanto, seria um erro de sérias conseqüências se as lideranças populares deixarem-se paralisar, assimilando um espírito parlamentar e legalista, e se pondo a

reboque das forças moderadas ou conservadoras em nome da preservação de uma unidade na cúpula.

Outro argumento que não se sustenta é aquele que procura explicar pelo baixo nível de organização das massas a lentidão da resposta popular ao processo político. No fundo, um argumento que não encerra mais do que uma verdade parcial.

É claro que, se as massas estivessem organizadas em um nível mais elevado, o movimento democrático e popular, e a luta política em geral, já estariam também num estágio mais avançado. Mas o baixo nível de organização atual é apenas uma dificuldade relativa, e de maneira nenhuma um impedimento absoluto para maior intensificação do movimento de massas.

É importante compreender que entre a luta e a organização há uma profunda inter-relação dialética – uma determina a outra, uma impulsiona a outra, a tal ponto que, entre ambas, não há uma determinante principal. Isso porque o caminho que conduz da vontade coletiva à ação, da teoria à prática, passa necessariamente pela organização.

Agora, quando o movimento de massas ingressa no fluxo de um processo, a inter-relação se faz de modo cumulativo, ou seja, ao fim de cada luta, estão criadas as condições para o surgimento de formas de organização superiores ou mais solidificadas do que as existentes no início da luta, da mesma maneira que essa organização superior propiciará formas de luta mais elevadas das que a geraram.

Dois exemplos concretos dessa tendência podem ser retirados dos episódios recentes no movimento estudantil e operário. Em 1977, a grande agitação no meio estudantil deu passos extremamente importantes para a reorganização da UNE. Enquanto que, nas últimas greves operárias, o movimento pela reconquista dos sindicatos saíu tremendamente fortalecido, a ponto de certas lideranças operárias já começarem a pensar em termos de uma organização intersindical.

Por seu turno, o episódio da greve dos metalúrgicos nos permite refletir sobre um outro aspecto fundamental da influência recíproca entre luta e organização. Por exemplo, se a corrente que responsabiliza hoje o baixo nível de organização das massas pelo ímpeto insuficiente da agitação popular, se essa corrente de opinião fosse posta diante da realidade do movimento operário, antes da greve, a que conclusão chegaria com a sua linha de raciocínio? Concluiria certamente que, dado o índice precário da organização sindical, a greve seria impossível. No entanto, ela foi possível, e em proporções inéditas nesses dez últimos anos. O que se passou então?

O fato é que uma luta insignificante nas aparências pode conduzir a um crescimento organizativo proporcionalmente muito superior ao que era dado esperar se se tomasse as dimensões dessa luta como única referência. Da mesma maneira que formas atrasadas ou medianas de organização podem ser suficientes para deflagrar lutas infinitamente superiores as que se poderia imaginar se tomássemos como referência apenas aquela baixa capacidade organizativa. Seguramente, o critério para se medir as dimensões do salto num e noutro caso se encontram fora da relação mecânica entre a

luta e a organização. O critério se encontra, sim, nas condições objetivas e subjetivas existentes num determinado momento da luta de classes. Inegavelmente, na última greve dos metalúrgicos, o baixo nível de organização do movimento operário já era suficiente para permitir que a tensão acumulada nesses quatorze anos de exploração e repressão viesse à tona sob a forma de uma elevada luta de massas. Assim também o nível atual da organização sindical e política das massas em geral, embora baixo, não pode ser responsabilizado como o principal fator de entrave para uma intensificação das lutas reivindicatórias e também políticas.

Um dos equívocos históricos do reformismo tem sido essa crença absurda de pretender acumular forças organizativas à margem da luta, condicionando esta última a um fortalecimento prévio da organização. Uma crença que condiz perfeitamente com a inclinação ideológica do reformismo no sentido de entravar o avanço da luta de massas.

O fato é que as contradições do povo brasileiro com o modelo político-social imposto pela ditadura já se encontram suficientemente amadurecidas. E mais, essas contradições já se acham embutidas na consciência política das massas, ainda que, na maioria dos casos, sob a forma elementar de negação pura e simples da ditadura militar. Portanto, mesmo que se admita teoricamente que os níveis atuais de organização e consciência não podem ser considerados como fortes estímulos à luta, as condições específicas da atual conjuntura (desagregação da ditadura, enfraquecimento da repressão, contradições sociais exacerbadas) possibilitam partir-se daqueles níveis para uma intensificação redobrada da luta popular. O que, provavelmente, está faltando é uma melhor utilização da atual estrutura organizativa das massas como um instrumento detonador da luta.

A ausência de uma coordenação política entre as partes mais avançadas das massas e os diversos setores tem se constituído num fator pernicioso sob vários aspectos. Primeiramente, porque permite concentrar nas mãos das forças menos decididas da frente-única (parlamentares burgueses em geral) a responsabilidade principal da mobilização das massas para a luta política em geral. O resultado é que essa mobilização acaba se restringindo a pequenos comícios, a maioria em recintos fechados. Segundo, porque não se criam as condições que permitam superar a atual setorialização do movimento antiditatorial. E, conseqüentemente, não permite que se evolua para uma uniformização tática do movimento.

Portanto, é urgente estabelecer uma coordenação política dos setores mais avançados das massas, dos representantes dos diversos segmentos oposicionistas – operário, estudantil, trabalhadores em geral, intelectual, assim como das distintas organizações democráticas – a fim de forjar um centro dinâmico de aglutinação e mobilização das massas.

O movimento democrático e popular viverá, daqui por diante, momentos cruciais da atual fase política. Todo terreno conquistado agora constituir-se-á num importantíssimo acúmulo de forças para enfrentar os novos, e provavelmente mais árduos, momentos de luta do povo brasileiro por sua emancipação nacional e social. E, sem dúvida, qualquer palmo de terreno a ser conquistado dependerá fundamentalmente do trinômio: conjugação de todas as forças antiditatoriais, forte unidade e combatividade das vanguardas populares, intensificação inadiável da luta de massas.

O SOCIALISMO E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER

Cecília Costa

Se a real emancipação da mulher só é possível no socialismo, a verdade é que também o socialismo real só é viável com a emancipação total da mulher. E uma prova desta verdade tem sido dada pela Albânia, onde, desde a tomada do poder, o PTA travou uma luta sem tréguas pela radical emancipação da mulher. Hoje, passados apenas 34 anos da conquista do poder pelo Partido do Trabalho da Albânia, a mulher albanesa atingiu um elevado grau de emancipação e igualdade em relação ao homem. E o melhor reflexo dessa realidade foi o VIII Congresso da União das Mulheres Albanesas (UMA), realizado em junho passado, no qual cerca de 1 500 delegadas – das cidades, das planícies, das montanhas – transmitiram a sua rica experiência, e vitórias, na árdua luta pela sua emancipação e a construção da sociedade socialista.

Desde a tratorista da montanha – que teve de lutar contra todos os preconceitos reacionários que barravam o acesso da mulher à profissão de tratorista – à diretora de uma importante cooperativa agrícola (uma camponesa de 29 anos que concluíu estudos universitários) ou à oficial-poeta, as delegadas do VIII Congresso da UMA expressaram sincera e limpidamente a realidade da nova mulher na Albânia socialista.

UM LONGO CAMINHO

Há menos de 40 anos, a mulher albanesa usava véu, mal saía de casa, e seu universo limitava-se primeiro à opressão do pai, depois à do marido, tendo ela apenas uma única função: cuidar do marido, dos filhos, da casa, e reproduzir. País de forte influência islâmica, devido a longa ocupação turca, a mulher na Albânia era um ser de absoluta segunda classe.

Desde a sua formação em 1941, no entanto, o PTA colocou como uma das suas metas prioritárias a luta pela emancipação da mulher. Não apenas com o objetivo de incorporar a mulher na luta geral contra os invasores alemão e italiano e, posteriormente, na produção para a construção do socialismo. Mas com a perspectiva de que esta luta pela emancipação da mulher tinha características específicas, que precisavam ser compreendidas e desenvolvidas. Tanto que, dentro do próprio Partido, para não falar no conjunto da sociedade, havia uma grande resistência por parte dos militantes masculinos em aceitar a idéia de que a emancipação da mulher era uma necessidade. A direção do PTA, contudo, soube conduzir sabiamente esse processo, sem conceder em seus propósitos.

Algumas mulheres chegaram inclusive a morrer vítimas dos preconceitos, como o caso de uma camponesa que, atendendo aos apelos do Partido, foi participar da construção de uma estrada de ferro. Seu comportamento foi considerado de tal forma "transgressor dos costumes" pela população local, que, no dia seguinte, a jovem apareceu morta. Mas seu exemplo corajoso, respondendo ao chamado do Partido, seria seguido por milhares e milhares de outras mulheres.

IGUALDADE FORA E DENTRO DE CASA

Hoje, 46% da força de trabalho albanesa é constituída por mulheres, 27% dos membros do PTA são também mulheres, elas estão no Comitê Central, no Birô Político, nas direções intermediárias. E menos de 40 anos as distam do véu e da opressão!

Paralelamente, o Estado Socialista procurou criar todas as condições para facilitar a vida do casal. Creches (das 6 da manhã às 7 da noite), subsídio no preço das máquinas de lavar, facilidades de horário no período de amamentação, enfim, os meios para libertar a mulher (que geralmente é a mais sobrecarregada com a vinda dos filhos) da vida doméstica, de forma que nada a impeça de ter uma vida produtiva e política.

Mas não ficou só aí a luta do PTA. Porque, a própria vida tem demonstrado, relações seculares de opressão não são automaticamente destruídas com a eliminação de sua base material. A eliminação desta base é condição fundamental, porém sem um combate ao nível ideológico, profundo e radical, o velho nunca será totalmente destruído, adquirindo sempre novas facetas. Nesse sentido, o PTA travou, e trava, uma insistente luta para induzir os homens a participar no trabalho doméstico, não apenas para "ajudar" a mulher, mas para *dividir* com ela as tarefas e responsabilidades. Se homens e mulheres devem estar lado a lado na produção, na defesa da pátria, nas atividades políticas, o mesmo deve ocorrer, também, na vida doméstica. Um exemplo. Nas fábricas, os operários e operárias mais destacados têm a sua fotografia afixada num quadro, são os "heróis do trabalho". Embora daí não advenha qualquer recompensa material, isso significa um estímulo moral da maior importância para os trabalhadores. Muito bem. Só que um homem jamais será "herói do trabalho socialista" se, em casa, for um preguiçoso e oportunista, abstendo-se de assumir as tarefas domésticas que lhe dizem respeito. O problema é discutido coletivamente, e a exigência de participação igualmente coletivo. Realmente, uma visão global do indivíduo, que não permite cindir a sua vida em dois – a casa e o trabalho.

Trinta e quatro anos após a revolução socialista, as mulheres albanesas realmente atingiram progressos gigantescos. Engenheiras, cientistas, ministras, diretoras de importantes complexos industriais, teóricas, filósofas, oficiais das Forças Armadas, elas desempenham absolutamente todas as atividades, em nível de absoluta igualdade com o homem. Mas, como definiu o VIII Congresso da UMA, a luta prossegue, as resistências (entre os homens e as próprias mulheres) ainda não acabaram, ainda há muito por fazer, a fim de levar às últimas conseqüências a emancipação da mulher e a construção da sociedade socialista, duas coisas indissociáveis, como assinala o camarada Enver Hodja. De fato, a experiência albanesa é um exemplo ímpar, que aponta a verdadeira saída para a secular opressão da mulher, que é muito anterior ao capitalismo e poderá ser posterior mesmo à revolução socialista, se o seu combate não for justa e radicalmente conduzido.